

# Globalização e blocos econômicos

*Almiro Petry*<sup>1</sup> (2008)<sup>2</sup>

*A França pode deixar de produzir batatas e continuar sendo a França,  
mas se deixarmos de falar francês, de ter um cinema, um teatro e  
uma literatura própria, nos converteremos em mais um bairro de Chicago.*<sup>3</sup>

## 1 Introdução

Vivemos no cotidiano a realidade *da* sociedade global no que concerne ao que consumimos, ao que vemos, ao que vestimos, ao que ouvimos e ao que lemos. Raras vezes estamos conscientes que vivemos *na* sociedade global, fruto do processo de globalização do capitalismo. Os bens e serviços disponibilizados aos usuários são produzidos, em grande parte, pelo capitalismo globalizado.

Para O. Ianni<sup>4</sup> a trajetória do capitalismo pode ser reconhecida em três fases: a das navegações, a da industrialização e a da globalização. As *grandes navegações* (séculos XV e XVI) expandiram geograficamente o capitalismo pelo mundo, integrando-o num sistema único de produção e consumo de mercadorias. O *capitalismo industrial* (que já dispunha de um mercado consumidor mundial) desenvolve tecnologias que aumentam a produção e a produtividade do trabalho humano, iniciando novo ciclo da divisão mundial do trabalho, que se estende por dois séculos, sob a égide das classes sociais, da burguesia, do proletariado etc. O *capitalismo globalizado* caracteriza-se pelo domínio das corporações no campo produtivo, no financeiro e no comercial estabelecido em redes e que detêm o controle do mercado-mundo.

---

<sup>1</sup> Mestre em Sociologia Rural (UFRGS) e Doutor em Ciências Sociais (Unisinos); Professor do Curso de Ciências Sociais da Unisinos e do Departamento de Sociologia da UFRGS ([almiro.petry@gmail.com](mailto:almiro.petry@gmail.com)).

<sup>2</sup> Atualização da versão publicada em 2007.

<sup>3</sup> A frase foi proferida pelo delegado francês durante a reunião do GATT, em dezembro de 1993. É citada por Nestor Canclini em *Consumidores e cidadãos* (p.163).

<sup>4</sup> Dentre as obras de Ianni pode-se citar *Teorias da Globalização; A Era do Globalismo; A Sociedade Global* etc.

Na fase recente do *capitalismo avançado* da sociedade global<sup>5</sup> constatamos, por um lado, um incremento da produtividade e da riqueza social, movido pela automação e da robotização; por outro lado, os mesmos processos reduzem a demanda do trabalho humano, produzindo o desemprego estrutural e tecnológico que aumenta a pobreza e a miséria em grupos populacionais numericamente significativos. A economia e a sociedade globalizadas, sob o comando e controle das grandes corporações transnacionais, configuram uma *nova ordem mundial* que tem como principais características a formação de blocos econômicos e o incremento da concorrência comercial entre empresas e países.

Esta realidade exige um novo olhar das ciências sociais e por isso é um momento epistemológico fundamental na medida em que o paradigma clássico não responde mais adequadamente ao campo empírico. Ianni assim se expressa:

O paradigma clássico, fundado na reflexão sobre a sociedade nacional, está sendo subsumido formal e realmente pelo novo paradigma, fundado na reflexão sobre a sociedade global. O conhecimento acumulado sobre a sociedade nacional não é suficiente para esclarecer as configurações e os movimentos de uma realidade que já é sempre internacional, multinacional, transnacional, mundial ou propriamente global (Ianni, 1999, p.239).

Vamos olhar um pouco mais detalhadamente o processo da globalização e como ele se expressa e organiza a economia na América Latina.

## **2 Globalização: o processo**

Por mais antigo que seja o processo, as mudanças que caracterizam a *nova ordem mundial* podem ser datadas desde o final da II guerra mundial e, de modo particular, com o fim da “guerra fria”, a queda do regime soviético e a desintegração do bloco socialista. No entanto, estas ocorrências foram possibilitadas pelos interesses econômico-comerciais e políticos emergentes do mapa territorial e ideológico, configurado no pós-guerra, capitaneados pelo capitalismo.

Assim, processam-se, na sociedade contemporânea, profundas transformações econômicas, comerciais, políticas, sociais, informacionais, culturais e ideológicas. Durante a década de 1990, no ocaso do século XX, consolidaram-se algumas configurações econômicas, comerciais e políticas com os avanços da globalização<sup>6</sup> econômica e do neoliberalismo,

---

<sup>5</sup> Ianni busca na literatura algumas metáforas para esta nova realidade, tais como, *aldeia global; fábrica global; terrapátria; nave espacial; nova Babel; cidade global; hegemonia global* e outras mais. O processo é metaforizado como, *primeira revolução mundial; terceira onda; sociedade informática; mundo sem fronteiras; desterritorialização; tecnocosmo* e outras expressões (Ver *Teorias da globalização*).

<sup>6</sup> Na literatura francesa o termo aparece como *mundialização*.

estabelecendo novos intercâmbios<sup>7</sup>. Segundo R. Petrella (2001), a nova *ordem globalitária* (expressão de I. Ramonet, 1995), articula-se em torno de cinco elementos-chave: o **indivíduo** – a afirmação da primazia do indivíduo inovador, consumidor, produtor (baseia-se no princípio de que cada um deve ser deixado livre para fazer e interagir com o objetivo de maximizar sua utilidade individual, fundamento da *meritocracia*); o **mercado** – a afirmação da primazia do livre mercado em detrimento de formas cooperativadas, mutuais, comunitárias, de gratuidade, estatais, o qual regulamenta todas as modalidades de transações (assim, a sociedade é vista como um mercado, ou seja, *a sociedade de mercado*); a **equidade** – é o princípio de que o mercado realiza a verdadeira justiça social – ao contrário do Estado de bem-estar – porque o indivíduo participa da concorrência, gera sua *empregabilidade* (valoriza o princípio da responsabilidade individual – manter-se competitivo, assegurar a formação contínua...); a **empresa privada** – é a organização que, na *sociedade de mercado*, melhor garante a coordenação das transações na concorrência – no mercado regional e no mundial, transformando-se cada vez mais em grandes corporações monopolistas no sistema financeiro, no produtivo, no comércio e nos serviços (por outro lado, é a organização que mais usufrui a revolução da informática e das telecomunicações, transformando-se num sistema-rede no sistema-mundo); o **capital** – é a medida para todos os bens e serviços, inclusive para a pessoa humana (ele cria a sociedade do efêmero, a sociedade do descartável, a sociedade dos lixos, a sociedade do consumismo...).

A esses cinco elementos, Petrella acrescenta a “desconstrução completa do *político*” das entidades espaço-temporais que são a *cidade*, a *região*, a *nação*, o *continente*, o *mundo*. Tudo deverá ser *reconstruído* para subverter a ordem globalizada (a ordem neoliberal) e construir um *mundo novo* e uma *sociedade nova*, na qual a pessoa humana seja *sujeito* e participe de *sujeitos coletivos*.

O sociólogo francês A. Touraine<sup>8</sup> defende a tese de que o paradigma econômico e social introduzido pela revolução industrial: classes sociais e riqueza, burguesia e proletariado, sindicatos e greve, estratificação e mobilidade social, desigualdade e redistribuição passaram a ser nossas categorias mais comuns de análise e de referências sociais. Hodiernamente, por um lado, estas categorias são confusas e empiricamente pouco verificáveis, por outro lado, atores sociais e conflitos sociais marcam sua presença com novas

---

<sup>7</sup> MELO, Adriana. **Apontamentos para a crítica do projeto neoliberal de sociedade e de educação: a realização.** *Educação Temática Digital*, Campinas, v.3, n.2, p.55-70, jun. 2002.

PETRELLA, Riccardo. **O desmanche do Estado.** Cadernos *Le Monde Diplomatique*, Edição Especial, n.2, janeiro de 2001, p.15-17.

Revista EXAME, n.15, 2001.

<sup>8</sup> TOURAINE, Alain. *Um novo paradigma: Para compreender o mundo de hoje.* 2ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.

matizes, em especial as representações do *eu* e das *coletividades*, marcados pela revolução tecnológica e das informações. Portanto, necessita-se de um *novo paradigma* um novo olhar desta nova paisagem que, com certeza, não podem voltar ao antigo paradigma político: a desordem e a ordem, a paz e a guerra, o poder e o Estado, o rei e a nação, a República, o povo e a revolução, mesmo que várias destas variáveis continuem marcando presença na nova ordem social.

A globalização econômica (*ordem globalitária*, ou *triadetização* – originária da *Comissão Trilateral*: USA, Canadá, Inglaterra, Alemanha, França, Itália e Japão, isto é, o G7, acrescido, a partir da segunda metade da década de 90, pela Rússia, passando a compor o G8), sob a égide da doutrina neoliberal, junto com os organismos financeiros internacionais e privados nacionais, exigiram a aplicação da *cartilha do FMI*, em especial nos países periféricos (México, Chile, Brasil, Argentina, Tailândia, Malásia etc.). A *cartilha* do FMI são regras no formato de manual para os governos realizarem os *ajustes fiscais*, as *privatizações*, os *cortes nos gastos públicos*, os *ajustes cambiais*, a *abertura dos mercados financeiros e de produtos*, a *desregulamentação da economia*, a *reforma da previdência*, etc. A China configura, neste cenário, seu próprio modelo em que o Estado continua autoritário e centralizador, mas admite a presença de empresas capitalistas, no modelo *joint-venture*, para transitar do modelo estatal ao modelo de economia aberta e assim já reconhecida pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Esse processo, por um lado, cria as especulações financeiras promovidas pelo capital volátil transnacional, resultando em *quebradeiras* de várias economias nacionais<sup>9</sup> como os pânicos vividos pelo México (1994, uma espécie de *tipo ideal*, exemplo de ajuste bem sucedido); pela Tailândia (1997); pela Rússia (1998); pelo Brasil (1999, que saiu bastante arranhado desse enrosco financeiro) e pela Argentina (2001), que derrubaram a credibilidade de suas moedas e impactaram nas demais economias, em decorrência do chamado *contágio* (comercial – as relações de exportação e importação; financeiro – diminui o interesse pelos títulos do país, entrando menos dinheiro; cambial – a desvalorização da moeda nacional, em relação ao dólar norte-americano, que é a moeda das transações). Nesta mesma lógica deve ser colocada a desvalorização da bolsa de valores de Shangai (27-02-2007 e 21-01-08), que arrastou para o negativo, em ambos os momentos, todas as bolsas das economias capitalistas.

Por outro lado, esse processo gera o *movimento antiglobalização* (um movimento *anti-sistêmico*) que, em novembro de 1999, em Seattle (*A Batalha de Seattle*), impediu a “Rodada do Milênio da Organização do Comércio”, reunindo mais de 100 mil manifestantes. Os

---

<sup>9</sup> Revista EXAME, n.15, 2001.

intensos protestos<sup>10</sup> do *movimento antiglobalização* ocorreram a partir da reunião do G8, em junho de 1999, na cidade de Colônia, reivindicando o perdão da dívida externa dos países mais pobres. Passaram por Seattle (novembro 1999); por Davos (janeiro de 2000, reunião do Fórum Econômico Mundial); por Washington (abril de 2000, reunião anual do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional); por Praga (setembro de 2000, quando jovens de 54 países debaterem os efeitos da globalização econômica. Há confrontos com a polícia); por Quebec (abril 2001, reunião das Américas, para a criação da ALCA – Associação de Livre Comércio das Américas); por Gotemburgo (junho 2001, reunião da União Européia, visando à ampliação e à integração); por Barcelona (junho 2001, encontro do Banco Mundial – o debate aconteceu por teleconferência); e por Gênova (julho 2001, reunião do G8, quando a polícia assassina um jovem estudante, a primeira vítima do *movimento antiglobalização*). Estes protestos tiveram seu auge em fins de 2005 durante a reunião da Cúpula das Américas em Mar del Plata, impedindo a assinatura do acordo da ALCA.

Além dos protestos, o *movimento antiglobalização* organizou, em janeiro 2001, na cidade de Porto Alegre, com a adesão de mais de 70 entidades e movimentos internacionais, o primeiro *Fórum Social Mundial* para a construção de um *mundo novo* – com o objetivo de combater a lógica excludente do capital mundializado – em substituição à *nova (des)ordem* defendida, no Fórum Econômico Mundial (Davos), pelos *novos senhores do mundo* (N. Chomsky) como representantes do grande capital. A esse já se seguiram outros sete, aprofundando a temática do movimento, com a crescente participação da sociedade civil. No entanto, o FSM de 2007 expressa a crise em que está o movimento<sup>11</sup>, que tem por lema *uma outra globalização é possível* (a *altermundialização*). O FSM de 2008 ocorreu em várias cidades dos continentes latino-americano, africano e asiático para possibilitar maior participação local no mundo globalizado.

Os EUA, como a economia capitalista hegemônica da segunda metade do séculoXX, enfrentaram várias crises (guerra do Vietnã, do Golfo, do Afeganistão, do Iraque e a recente crise do financiamento imobiliário etc.) que afetaram a economia mundial. Pela transnacionalização do capital, a acumulação capitalista passou a ser transposta para as regiões mais favoráveis ao capital, cuja rentabilidade tornou-se mais atrativa, como nos últimos anos, as economias asiáticas. Estas pressões econômico-financeiras atingiram os Estados regidos pela doutrina *keynesiana*. Ela foi substituída pela doutrina neoliberal, modelada pelo *consenso de Washington*. Isto alterou o aparente *equilíbrio* entre as nações

---

<sup>10</sup> Revista VEJA, n.29, 2001.

<sup>11</sup> Ler: **Síntese avaliativa do Fórum Social Mundial de Nairobi**  
<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=26404>

capitalistas produtoras de matérias-primas e tomadoras de capital e de tecnologia e as nações fornecedoras de capital e de tecnologia. Nesta relação se mantém e se reproduz o antigo modelo de dominação e exploração sob a matriz neocolonialista.

A globalização econômica, no estágio avançado do capitalismo histórico, ocorre pela transferência espacial das atividades na cadeia produtiva e mercantil. Hoje, “assistimos a uma transferência maciça, em escala mundial, das indústrias automobilística, siderúrgica e eletrônica” (Wallerstein, 2001, p.33) como essência do capitalismo histórico. Processo previsto por Marx e Engels, em 1848, no *Manifesto do partido comunista*, ao enunciarem que “a burguesia conquista a terra inteira” (p.29). Da mesma forma, com o avanço histórico da globalização, caem as fronteiras entre as nações e os antagonismos entre os povos “com o livre comércio, com o mercado mundial, com a uniformização industrial e com as condições de vida correspondentes” (Marx e Engels, 2001, p.56).

Para Wallerstein (2001, p.33), esses rearranjos trazem três conseqüências: a primeira, a permanente reestruturação geográfica do sistema-mundo capitalista – implicando a constante alteração dos centros de poder, mantida, contudo, ao longo da história, a polarização global do sistema (os ciclos sistêmicos de acumulação: o *genovês* – da metade do século XV até a metade do século XVII; o *holandês* – da metade do século XVII até o final do século XVIII; o *britânico* – do final do século XVIII até a 1ª Guerra Mundial; o *norte-americano* – do final da 1ª Guerra Mundial até o final do século XX e início do século XXI – conforme G. Arrighi em *O longo século XX*); a segunda, a equivocada *superprodução*, evidenciada pela insuficiente demanda mundial – a inovação tecnológica tem sido uma conseqüência, portanto, como uma resposta aos momentos de baixa nos ciclos econômicos, afetando a organização da produção; a terceira, a constante busca de força de trabalho de baixo custo nas novas áreas incorporadas à economia-mundo, ou seja, a crescente proletarização da força de trabalho. Mas “as migalhas que couberam às classes trabalhadoras no capitalismo histórico sempre se concentraram nas áreas centrais” (2001, p.93). Assim, a expansão geográfica do sistema serviu para contrabalançar a queda dos lucros. Desta forma, constata-se que o ambiente geográfico do capitalismo histórico cresceu regularmente ao longo do tempo, para materializar as atividades produtivas com o objetivo econômico da acumulação incessante do capital (2001, p.18), pois “a economia capitalista tem sido governada pela intenção racional de maximizar a acumulação” (Wallerstein, 2001, p.17).

Para Marx e Engels, a burguesia desempenha na história um papel revolucionário e decisivo (2001, p.27) e, pressionada pela necessidade de mercado, explora o mercado mundial (*Weltmarkt*), tornando

cosmopolita a produção e o consumo de todos os países. Para grande pesar dos reacionários, retirou da indústria sua base nacional. As antigas indústrias nacionais foram aniquiladas e ainda continuam a ser nos dias de hoje. (...) Essas indústrias não empregam mais matérias-primas locais, suas matérias-primas provenientes das mais longínquas regiões, e seus produtos acabados não são mais consumidos somente *in loco*, mas em todas as partes do mundo, ao mesmo tempo. (...) A auto-suficiência e o isolamento regional e nacional de outrora deram lugar a um intercâmbio generalizado, a uma interdependência geral entre as nações (Marx e Engels, 2001, p.29-30).

As causas da crise do regime hegemônico norte-americano têm uma raiz *militar* (a vergonhosa perda da guerra do Vietnã); uma raiz *financeira* (a impossibilidade da manutenção das regras financeiras estabelecidas em Bretton Woods); e uma raiz *ideológica* (a insustentabilidade da cruzada anticomunista). As décadas de 1970 e de 1980 foram decisivas para a sociedade norte-americana (crise energética, conflitos externos, evasão de divisas etc.). A partir do segundo governo Carter e do governo Reagan, prevaleceu a racionalidade capitalista, quando se forjou uma nova aliança entre o poder do Estado e o capital (Arrighi, 1996, p.325).

Na *era* Reagan, o governo norte-americano elevou “as taxas de juros bem acima do índice de inflação corrente”; estimulou a “desregulamentação” concedendo maior liberdade para o capital circulante; expandiu o endividamento do Estado e de *credor mundial* passou a *principal devedor mundial*; ampliou a *escalada da guerra fria* e exibiu seu poderio militar com várias intervenções em países do Terceiro Mundo (Arrighi, 1996, p.327-8). Assim, a crise do capitalismo mundial é a transfronteirização da crise norte-americana.

Os Estados Unidos, com sua política interna e externa, costuraram uma *aliança* com os parceiros (Primeiro e Terceiro Mundos; hoje, *emergentes e periféricos*), recentrando em si mesmos o poder econômico e o poderio militar, que jogou ainda mais o Terceiro Mundo para a periferia. Desta forma, a recente prosperidade dos Estados Unidos decorre do “deslocamento da crise de um conjunto de relações para outro” (Arrighi, 1996, p.335), que sinaliza com o possível *esgotamento da hegemonia neoliberal*. Por outro lado, as corporações transnacionais passaram a concentrar em suas mãos o poder de decisão, e elas definem as estratégias a serem adotadas pelos governos e os organismos internacionais (como o FMI, BM e OMC). Em decorrência, para O. Ianni, o novo palco da história é a sociedade mundial (em vez da sociedade nacional e do Estado nacional que formulava e implantava políticas nacionais). Contudo, a lógica da matriz neoliberal deve ser rompida na esfera nacional e na transnacional.

Esse é, entre alguns traços, o contexto histórico de formação da *sociedade do conhecimento e da informação*, como um novo mundo, resultante, segundo M. Castells, de três processos independentes: a revolução tecnológica da informação; a crise do capitalismo e do estatismo e a conseqüente reestruturação de ambos; e, o apogeu de movimentos sociais (1995, v.3, p.412). Expressam uma ruptura da *sociedade industrial* – predomínio da racionalização econômica, da presença ativa do Estado, das intervenções políticas e administrativas etc. – e que nessa sociedade, segundo A. Touraine, a produção dos bens materiais ocupava a centralidade, agora, o que ele chama de *sociedade programada*, tem “a produção e a difusão maciça dos bens culturais” (1998, p.258) como o lugar central. Portanto, “a educação, a saúde e os meios de comunicação”, na *sociedade programada* – que é a gestão das pessoas em substituição da administração das coisas –, prevalecem sobre as indústrias metalúrgicas, químicas, têxteis e eletroeletrônicas (1998, p.259). É “o mundo dos átomos – realidade física, tangível – (...)” que está dando lugar “a matéria intelectual – conhecimento, informação, propriedade intelectual, experiência – que pode ser utilizada para gerar riqueza” (Stewart, 1998, p.26 e XIII). Nessa nova sociedade, as *fábricas de conhecimentos* – as universidades e os institutos de pesquisa – “são agora as usinas de força da sociedade moderna, substituindo a fábrica produtora de bens da era industrial” (Kumar, 1997, p.37); e a qualidade da nova força de trabalho – homens e mulheres – caracteriza-se por “altos níveis de perícia técnica e conhecimento teórico que, correspondentemente, exigem longos períodos de educação e treinamento” (Kumar, 1997, p.37).

É no mundo do trabalho – na fábrica, no escritório, nos serviços etc. – que se opera a mais notável mudança civilizatória. As fábricas – ícones da sociedade industrial, agora robotizadas e computadorizadas – são, em grande parte, teleoperadas, produzindo bens desmassificados. Requisitam trabalhadores que tenham iniciativa, criatividade, flexibilidade e habilidade para a gestão do tempo. E, para *preparar* esse trabalhador, “a universidade substituirá a fábrica como a instituição central de amanhã” (Toffler, 1998, p.349), com metodologias diferenciadas das atuais, que ainda visam às atividades da sociedade industrial, voltadas para a emergente *sociedade do conhecimento e da informação*.

Stewart considera o ano de 1991 como “o ano um da era da informação” (p.19), porque naquele ano, as empresas norte-americanas passaram a investir mais em computadores e equipamentos de comunicações do que em máquinas e equipamentos, os tradicionais *bens de capital*, da era industrial.

Na América Latina o desequilíbrio e o descompasso, neste processo, se acentuaram tendo em vista a formação histórica na área da industrialização e da urbanização. A



industrialização ocorreu no modelo “da substituição das importações” – inicialmente, no modelo *nacional-desenvolvimentista* e mais tarde no *modelo da interdependência*, ou *dependência negociada* –, impulsionada pela entrada das empresas transnacionais, que vieram para cá sem transferir novas tecnologias (uma exigência do atual modelo chinês). A substituição das importações, por produtos produzidos por estas empresas aqui, arrasou os modelos de industrialização concebidos na linha do nacional-desenvolvimentismo (Brasil, Argentina, México etc.). No entanto, apesar da aparência inovadora deste modelo, manteve-se no poder parte das tradicionais oligarquias, que se associaram ao “novo capital”, formando uma “burguesia nacional” entreguista.

É exatamente no plano político e jurídico que se manifesta o conflito entre o capital, o trabalho, os meios de produção, a propriedade privada etc. implantando-se os regimes militares frente à crescente conscientização de movimentos populares e democráticos. Estes regimes, desde a década de cinquenta do século passado perpassam os países latino-americanos – mantendo-se por quase quatro décadas –, aprofundam e consolidam aquele modelo, aumentando a dependência econômico-financeira, através da dívida externa e a dependência tecnológica. Esta estrutura dependente intensifica e aumenta a exploração, redefinindo o colonialismo vigente (parte-se para o *neocolonialismo tecnológico*), dando-lhe feições de “modernização” e “inclusão” no sistema-mundo, seja no campo da industrialização, no campo do comércio, no campo financeiro e no campo científico-tecnológico.

Contudo, o ressurgimento dos movimentos democráticos e populares na América Latina possibilita um novo e amplo processo de democratização, acabando com os regimes autoritários e ditatoriais. No entanto, mais uma vez, a ascensão do povo ao poder não acontece. São as classes dominantes do passado longínquo e do passado recente, que mantiveram os povos latino-americanos afastados da escola, da política, da saúde, da previdência social e da economia, que assumem “democraticamente” o poder societal, para “evitar” que a América Latina trilhe seu próprio caminho democrático e participativo.

Frente a isso, no cenário mundial, para manter a proeminência sistêmica, os países centrais (capitalistas industrializados e o G7) impuseram novas regras de relacionamentos comerciais (OMC), financeiros (BM/FMI) e tecnológicos (Lei da propriedade intelectual/industrial etc.), exigindo a “adaptação” dos semiperiféricos e dos periféricos. Isto documenta-se no *consenso de Washington*, cartilha da doutrina neoliberal, que liquida com o *consenso keynesiano*, sustentáculo do Estado do bem-estar social.

Nesta lógica doutrinária enquadra-se a “necessidade” imposta da formação de blocos econômicos, seja por regiões ou afinidades estruturais e produtores de determinadas matérias-

primas. A América Latina já havia tentado com a Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC), com a Associação Latino-americana de Integração (ALADI), com o Pacto Andino, com o Pacto Amazônico tal experiência. A nova tentativa, com outra orientação doutrinária, conduz ao Mercado do Extremo Sul (Mercosul), já que as tentativas de constituir o Mercado Comum do Cone Sul não vingaram. Olhava-se muito, na época, para o florescente Mercado Comum Europeu e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Da experiência europeia resultou a União Europeia que se configura uma unidade que ultrapassa as meras questões aduaneiras e tarifárias. Neste contexto surge igualmente, em 1994, o Mercado Comum da América do Norte (NAFTA) e as tentativas de formar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), projeto norte-americano de um neocolonialismo científico-tecnológico e comercial. A proposta norte-americana tem sua sustentação na doutrina Monroe, tida como a referência ideológica de a América ser “dos americanos”, no caso, sendo mais explícito, “dos norte-americanos”, ou melhor, “dos americanos estadunidenses”.

Assim, o neoliberalismo confirma seu projeto de conformação social, política, econômica e doutrinária como “pensamento único”, definindo as políticas públicas do Estado e atribuindo ao livre mercado – do sistema-mundo – as decisões sobre as pessoas, as organizações e as instituições sociais.

A dita doutrina neoliberal – diferente do *neoliberalismo* que construiu uma doutrina buscando elementos do socialismo – é uma retomada histórica dos clássicos liberais feita por F.Hayek e M. Friedman, que em 1947, reuniram em Mont Pèlerin (Suíça), empresários e intelectuais liberais para formar “uma frente liberal contrária ao processo que já estava há alguns anos em gestão, de integração de interesses nacionais para a recuperação da capacidade de crescimento e da acumulação do capitalismo no pós-guerra. Os governos de Thatcher e Reagan são emblemáticos da consolidação de tais mudanças no sistema de acumulação capitalista entre os anos 70 e 80. O capitalismo justifica e legitima esta retomada neoliberal, como uma ‘ordem espontânea e ampliada’, criada por um mercado competitivo, como propunha Hayek, um de seus projetistas iniciais” (Melo, 2002). Entretanto, a reforma neoliberal de Reagan e mantida por seus sucessores lançou os EUA em uma profunda crise financeira e arrastou consigo o sistema-mundo, em fins de 2007, cenário que se agravou em inícios de 2008. Desta forma, a recessão econômica norte-americana traça um cenário mundial de incertezas e inseguranças, expresso nas constantes oscilações das bolsas de valores do mundo capitalista e da China.

### 3 Os blocos econômicos da América Latina<sup>12</sup>

Com o fim da URSS e do bloco econômico socialista os EUA e demais países capitalistas abandonaram a preocupação com o “fantasma do comunismo” e da guerra fria, encetando verdadeira guerra comercial na busca do controle dos principais mercados consumidores. Já havia uma experiência capitalista anterior que foi o Mercado Comum Europeu, que evoluiu para a União Européia, hoje em tanta evidência. Referenciado a esta realidade, a América Latina tentou sua integração comercial desde a década de 1960.

A seguir se faz alguns destaques do processo latino-americano, que é de poucos êxitos.

**ALALC** – Associação Latino-americana de Livre Comércio, criada, em 1960, pelo Tratado de Montividéu, proposta patrocinada pelo Brasil, a Argentina e o México. A pretensão era estabelecer em doze anos (até 1972) uma zona de livre comércio, mediante a gradual redução das taxas aduaneiras. Para tanto criou-se um sistema de listas de bens, periodicamente renovável. A ALALC incrementou o comércio regional, contudo problemas decorrentes da ausência de uma coordenação e posições rígidas de parceiros, impediram o avanço deste projeto. Pelo Protocolo de Caracas (1969), o prazo de consolidação foi postergado para 1980. Naquele ano, na discussão para confirmar a área de livre comércio, decidiu-se pela reformulação, donde emerge a ALADI.

**ALADI** – Associação Latino-americana de Integração, criada, em 1980, pelo Tratado de Montividéu, como um organismo de integração econômica intergovernamental, sendo partícipes a Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, tendo como patrimônio histórico o passado da ALALC. A ALADI não objetivava uma área de livre comércio, mas um sistema de “preferências econômicas e comerciais” entre os signatários, donde resultaria um mercado comum estimulado pelas “iniciativas multilaterais flexíveis e diferenciadas”, respeitado o estágio de desenvolvimento de cada país. O formato de maior abertura ensejou acordos fora deste espaço que, em princípio, parecia ser favorável ao bloco, no entanto, determinou seu fracasso pelas diferentes opções feitas pelos países membros.

**MERCOSUL** – O Mercado Comum do Sul, criado, em 1991, pelo Tratado de Assunção, tem como sócios o Brasil, a Argentina e a adesão do Uruguai e do Paraguai, resultante da integração entre Brasil e Argentina, que foi firmada pelo Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento Brasil-Argentina (1988), nos governos de José Sarney e Raúl Alfonsín. Pelo Tratado de Buenos Aires, os dois países deveriam, na primeira etapa, “proceder à harmonização das políticas aduaneira, comercial, agrícola, industrial e de

---

<sup>12</sup> SADER, Emir (Coord). **Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: BoiTempo, 2006.

transportes e comunicações, assim como à coordenação de políticas monetária, fiscal e cambial; em segunda etapa, à conformação adequada das demais políticas necessárias ao estabelecimento de um mercado comum”.

No entanto, com o *Consenso de Washington* (1989) e a adoção da doutrina neoliberal no Brasil (com Collor) e na Argentina (com Menem), concebe-se um mercado sob a liberalização geral do comércio, em conformidade com a doutrina neoliberal, presente no Tratado de Assunção. No avanço deste mercado, o Mercosul realizou acordos de livre comércio, em 1996, com o Chile e a Bolívia e, em 1998, com a Comunidade Andina de Nações (CAN). Em julho de 2006, de forma precipitada, a assembléia aceitou a adesão da Venezuela e o indicativo da inclusão da Bolívia, preterindo as pretensões do Chile, previstas pelo acordo de 1996. Entretanto, o grande objetivo do Mercosul de promover um acordo comercial com a União Européia, até a presente data, não foi consignado. As negociações para a formação da ALCA – Área de Livre Comércio das Américas (de 1994 a 2005) fracassaram.

Para Coutinho, Hoffmann e Ffuri (2007)<sup>13</sup> a análise do nível de integração do Mercosul, entre 1991 e 2006, permite traçar um panorama do processo e dividi-lo em três fases distintas. A primeira, a da *criação* (1991-1997); a segunda, a da *crise de integração* (1998-2002); e a terceira, a da *revitalização* (a partir de 2003). Segundo os autores, pode-se destacar as seguintes características: Na fase da *criação* consolida-se a

estrutura institucional do Mercosul. A ênfase é dada ao aspecto comercial do processo de integração, com a criação de órgãos destinados a tratar do tema. Nesse período são criados os órgãos centrais para a estrutura institucional do Mercosul, como o Conselho do Mercado Comum (CMC), o Grupo Mercado Comum (GMC), a Comissão de Comércio do Mercosul (CCM) e a Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM). Essa também é uma fase de expansão do comércio entre os membros do Mercosul. Entre 1991 e 1997, o intercâmbio comercial intra-Mercosul cresce 302% e chega a responder por 23% do total comercializado por esses países. No âmbito das relações externas do bloco, a análise dos padrões de votação na Assembléia Geral (AG) da ONU sugere que havia, nessa fase, pouca preocupação em coordenar políticas ou apresentar posições coesas (p.4).

Na fase da *crise de integração*,

em termos econômicos e comerciais, 2002 pode ser considerado o ano crítico, com uma queda acentuada no volume de trocas comerciais entre Estados. O PIB dos quatro países também caiu nesse período, atestando uma fase de crise econômica geral. O nível mais baixo atingido pelo PIB dos quatro países durante toda a história do Mercosul aconteceu em 2002. Emergem nessa fase diversos conflitos entre os Estados membros, que são levados à arbitragem dos mecanismos de solução de controvérsias do bloco regional. É interessante notar que apesar das crises econômicas e dos conflitos entre os Estados membros, a estrutura institucional do Mercosul não deixou de funcionar, embora tenha avançado pouco em termos de criação de novos órgãos, durante essa fase. Um número significativo de diretrizes da CCM entrou em

---

<sup>13</sup> COUTINHO, M., HOFFMANN, A. e KFURI, R. **Raio X da Integração Regional**. *Estudos e Cenários*, maio 2007, **Observatório Político Sul-Americano** – <http://observatorio.iuperj.br>

vigor nesse período, algumas criadas no período anterior. No âmbito das relações externas, o bloco demonstrou maior coesão nessa fase do que no período anterior. A partir de 2000, há um esforço de fortalecimento e retomada do projeto de integração. Curiosamente, no que diz respeito ao turismo interno da região, essa é a fase de maior circulação de pessoas. O movimento ascendente no número de turistas intrabloco, que vinha desde 1991, continua até 2000 (p.5).

Na fase da *revitalização* há uma retomada do processo de integração,

coincidindo com uma renovação na política doméstica dos países. A retomada se dá com uma mudança de paradigma: aos poucos a idéia de um Mercosul puramente comercial vai dando lugar a uma preocupação maior com a integração física e social dos países. A criação de novos órgãos destaca a inclusão de instituições para tratar de direitos humanos, democracia e questões sociais. Os indicadores econômicos voltam a crescer, indicando uma nova fase positiva para o Mercosul. O PIB somado dos quatro países do Mercosul se recupera nessa fase, assim como os indicadores comerciais. Proporcionalmente, o comércio intrabloco não recupera o patamar anterior à crise. Embora tenha chegado a representar 23% do total de comércio dos países-membros, em 1997 e 1998, após o ano crítico de 2002 essa proporção se estabiliza em torno dos 15% (p.5).

Atualmente, o Mercosul enfrenta nova crise interna de identidade devido aos conflitos entre a Argentina e o Uruguai (a questão das indústrias *papeleiras*) e o ingresso da Venezuela, na medida em que Chávez prometeu *descontaminar* o Mercosul da doutrina neoliberal. Além disso, as relações Brasil-Argentina também estão bastante abaladas em decorrência das políticas externas de N. Kirchner e que C. Kirchner pretende manter. A isso se acresce a decisão do Uruguai de firmar um acordo bilateral de comércio com os EUA. Caso seja confirmado, será o decreto de extinção do Mercosul em sua atual concepção.

**ALCA** – Área de Livre Comércio das Américas, idealizada por George Bush, presidente dos EUA (1989-1993), com a proposta de criar uma área de livre comércio do “Canadá à Terra do Fogo”, tendo como principal objetivo abrir mercados para que “os Estados Unidos, no contexto das dificuldades para reduzir o desequilíbrio de sua balança comercial, pudessem aumentar ainda mais as exportações de produtos para os países da América Latina sem a necessidade de negociar com seus governos e fazer outras concessões”. Coube a Bill Clinton (1994-2001) convocar a primeira assembléia dos chefes de Estado e de governo dos 34 países (Cuba foi excluída) para a Primeira Cúpula das Américas (Miami, 1994). Esta Cúpula decidiu concluir, o mais tardar, até 2005, as negociações para criar a ALCA. Na segunda Cúpula das Américas (1998, Santiago do Chile), os chefes de Estado avaliaram o estágio das negociações e reafirmaram 2005 com a data de finalização do processo das negociações. As discussões e negociações desenvolveram-se nos seguintes grupos<sup>14</sup>: Acesso a Mercados; Agricultura; Serviços; Investimentos; Compras governamentais; Solução de controvérsias; Direitos de propriedade intelectual; Subsídios,

---

<sup>14</sup> Visitar: [http://www.ftaa-alca.org/alca\\_p.asp](http://www.ftaa-alca.org/alca_p.asp)

*Antidumping* e Medidas compensatórias; e, Políticas de concorrência. Além destes, há três outras instâncias: Grupo consultivo sobre economias menores; Comitê de representantes governamentais sobre a participação da sociedade civil; e, Comitê conjunto de especialistas do governo e do setor privado sobre o comércio eletrônico. Este conjunto forma o Comitê de Negociações Comerciais.

#### 4 Conclusão

As dificuldades nas negociações oriundas do Mercosul, do Nafta e dos impasses ocorridos na OMC e as restrições da União Européia à suspensão dos subsídios e demais apoios à produção e à comercialização de bens e serviços, resultaram no grande fracasso do projeto dos EUA de implantarem a ALCA. Até que ponto o fracasso de um lado significa a vitória do outro lado? Ao que tudo indica os países que se opuseram à ALCA, mormente o Brasil, a Argentina, a Bolívia e a Venezuela, estão à margem das negociações comerciais bilaterais que os EUA estão celebrando com a América Central, o Caribe e a América do Sul. Isto sugere que o Brasil e demais países devem trilhar seu próprio caminho, talvez mais emancipado, nas relações comerciais intracontinentais e transnacionais.

Na *nova ordem global* o final do século XX e o início do XXI, quatro blocos estão consolidados, sendo três formais (regidos por tratados) e um informal (regido por acordos e consensos). Os formais são: União Européia, Nafta, Mercosul; o informal é o bloco asiático (chamado de *YenBloc*).

Sugere-se que sejam investigados aspectos relevantes da Comunidade Andina de Nações<sup>15</sup>, do Pacto da Amazônia<sup>16</sup> e da Alternativa Bolivariana das Américas (ALBA) que está composta, de momento, pela Venezuela, Bolívia, Cuba, Nicarágua e Equador.

#### Referências

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996, 408p.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede* (A era da informação, economia, sociedade e cultura). São Paulo: Paz e Terra, v.1, 1999, 617p.

\_\_\_\_\_. *O Poder da identidade* (A era da informação, economia, sociedade e cultura). São Paulo: Paz e Terra, v.2, 1999, 530p.

\_\_\_\_\_. *Fim do milênio* (A era da informação, economia, sociedade e cultura). São Paulo: Paz e Terra, v.3, 1999, 497p.

COUTINHO, M., HOFFMANN, A. e KFURI, R. **Raio X da Integração Regional**. *Estudos e Cenários*, maio 2007, **Observatório Político Sul-Americano** – <http://observatorio.iuperj.br>

<sup>15</sup> Visitar: <http://www.comunidadandina.org/>

<sup>16</sup> Visitar: <http://www.amazonia.org.br/>

- IANNI, Octávio. *A Era do Globalismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- \_\_\_\_\_. *A Sociedade Global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Teorias da Globalização*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1997, 258p.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. In: IANNI, Octávio. *Karl Marx*. 8ª. ed. São Paulo: Editora Ática, 1996, p.45-61. Coleção: Grandes Cientistas Sociais – Série: Sociologia n.10.
- \_\_\_\_\_. *Manifesto do partido comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2001, p.132p.: Coleção L&PM POCKET.
- MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política – *Prefácio*. In: IANNI, Octávio. *Karl Marx*. 8ª. ed. São Paulo: Editora Ática, 1996a, p.82-3. Coleção: Grandes Cientistas Sociais – Série: Sociologia n.10.
- \_\_\_\_\_. Contribuição à crítica da economia política – *Posfácio*. In: IANNI, Octávio. *Karl Marx*. 8ª. ed. São Paulo: Editora Ática, 1996b, p.62-73. Coleção: Grandes Cientistas Sociais – Série: Sociologia n.10.
- MELO, Adriana. *Apontamentos para a crítica do projeto neoliberal de sociedade e de educação: a realização*. Educação Temática Digital, Campinas, v.3, n.2, p.55-70, jun. 2002.
- PETRELLA, Riccardo. *O desmanche do Estado*. Cadernos Le Monde Diplomatique, Edição Especial, n.2, janeiro de 2001, p.15-17.
- SADER, Emir (Coord). *Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: BoiTempo, 2006.
- STEWART, Thomas A. *Capital intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas*. Rio de Janeiro: Campus, 1998, 237p.
- TOFFLER, Alvin. *A terceira onda: a morte do industrialismo e o nascimento de uma nova civilização*. 23ªed. Rio de Janeiro: Record, 1998, 491p.
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. 5ªed. Petrópolis/RJ: VOZES, 1998, 431p.
- \_\_\_\_\_. *Um novo paradigma: Para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico & Civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001, 143p.

- Visitar: 1 <http://www.adital.com.br/site/tema.asp?lang=PT&cod=15>
- 2 [http://www.ipea.gov.br/pub/td/2005/td\\_1131.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/2005/td_1131.pdf)
- 3 [http://www.ipea.gov.br/pub/td/2005/td\\_1126.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/2005/td_1126.pdf)
- 4 [http://www.ipea.gov.br/pub/td/2005/td\\_1120.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/2005/td_1120.pdf)
- 5 [http://www.ipea.gov.br/pub/td/2004/td\\_1058.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/2004/td_1058.pdf)
- 6 [http://www.ipea.gov.br/pub/td/2004/td\\_1054.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/2004/td_1054.pdf)
- 7 [http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td\\_0991.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0991.pdf)
- 8 [http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td\\_0990.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0990.pdf)
- 9 [http://www.ipea.gov.br/pub/td/2001/td\\_0851.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/2001/td_0851.pdf)